

Tradições discursivas  
faces e interfaces da historicidade  
da língua e do texto



**LaborHistórico**

Volume 4 - Número 1 - jan./jun. 2018

# Sumário

<b>Apresentação</b>	10
---------------------	----

*Cleber Alves de Ataíde*  
*Valéria Severina Gomes*

## Dossiê Temático

<b>La relación entre tradiciones discursivas y la dinámica de variedades de lengua</b>	13
--	----

*Alfonso Gallegos Shibya*

<b>A adjetivação como marca de tradição discursiva do editorial de <i>O Mossoroense</i></b>	31
---	----

*Ângela Cláudia Rezende do Nascimento Rebouças*

<b>Tradições discursivas: conceitos e métodos para a análise diacrônica de gêneros</b>	41
--	----

*Jorge Luis Queiroz Carvalho*  
*Aurea Zavam*

<b>Varição e Tradição: uma análise do <i>Tu</i> e <i>Você</i> na posição de sujeito em cartas de pernambucanos (1860-1989)</b>	55
--	----

*Elizabhatt Christina Cavalcante da Costa*  
*Valéria Severina Gomes*  
*Cláudia Roberta Tavares Silva*

<b>Por uma filologia do discurso: latinidade, ethos, tradições discursivas e um exercício analítico transdisciplinar</b>	72
--	----

*Lucineudo Machado Irineu*

<b>Polifonia e modalização na tradição discursiva “aviso de cobrança” nos jornais do século XIX</b>	85
---	----

*Roseane Batista Feitosa Nicolau*

## Varia

**A expressão da posse na terceira pessoa em cartas escritas por homens brasileiros:  
uma análise diacrônica e histórica** 100

---

*Elaine Alves Santos Melo*

*Janaína Pedreira Fernandes Sousa*

*Luan Alves Alonso Martins*

**As estruturas clivadas do galego** 116

---

*Xavier Frias Conde*

## Resenhas

**RACHI, S. *Por mãos alheias: usos da escrita na sociedade colonial.*  
Belo Horizonte: Editora PUC MINAS, 2016. 399 p.** 126

---

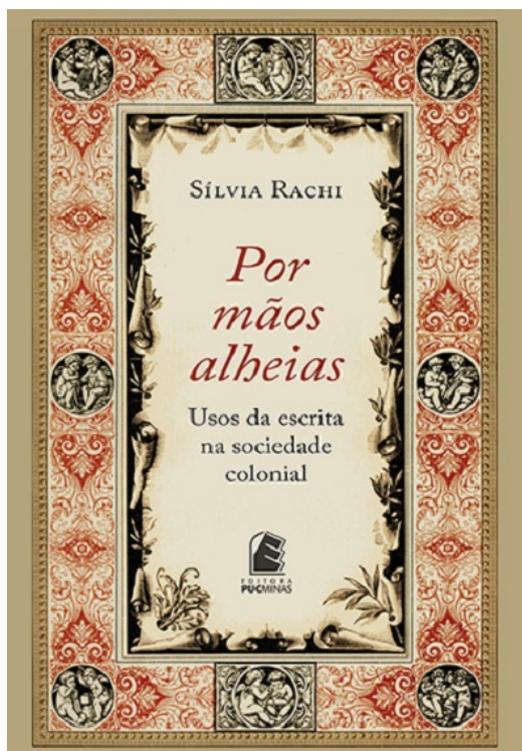
*Marcus Vinícius Pereira das Dores*

RACHI, S. *Por mãos alheias: usos da escrita na sociedade colonial*. Belo Horizonte: Editora PUC MINAS, 2016. 399 p.

Recebido em 16 de novembro de 2017. | Aprovado em 08 de janeiro de 2018.

DOI: <https://doi.org/10.24206/lh.v4i1.15598>

Marcus Vinícius Pereira das Dores<sup>1</sup>



Um ponto interessante de se refletir é que todos os indivíduos saudáveis expostos à linguagem falam, mas apenas uma parcela da população global escreve. Vivemos em uma cultura altamente grafocêntrica; dominar a técnica da escrita gera um prestígio e licencia algumas pessoas a participarem de certas atividades e as registrem. Se assim o é atualmente, muito mais o era em períodos pretéritos.

O livro *Por mão alheias: uso da escrita na sociedade colonial*, de Sílvia Rachi, professora do curso de história da PUC-MG, revela expressivas questões sobre a prática da escrita no período setecentista. Essa obra, fruto das pesquisas realizadas pela autora durante a sua carreira, sobretudo, em seu doutorado, vem contribuir diretamente para história da escrita, bem como para a historiografia mineira. Para dar conta de tanta informação, o texto foi dividido em quatro capítulos de conteúdo.

Primeiramente, no capítulo intitulado “O escrever por outras mãos”, Rachi aborda a escrita em uma sociedade na qual o número de pessoas que escrevia era muito baixo. Apenas as pessoas que possuíam uma certa condição financeira poderiam ter acesso à educação e, conseqüentemente, aprender a ler e escrever. Muitos documentos manuscritos trazem nas linhas e

entrelinhas dados latentes que revelam o baixo grau de letramento de algumas pessoas que escreviam nessa época. Outro fato muito comum nesse período, também discutido pela autora, é a questão da autoria do que era escrito. Era muito comum, no período colonial, que uma pessoa escrevesse pela outra, como exemplifica a autora ao citar a produção dos testamentos. Ainda nesse capítulo, citando trabalhos de Saussure, Bakhtin, Ducrot, Benveniste etc., a autora apresenta uma visão linguística da escrita e indica uma metodologia de pesquisa multidisciplinar entre a História e a Linguística. Para que as pesquisas na área das ciências humanas cheguem o mais próximo que puder do desejável é indispensável essa interlocução direta entre a história, a linguística, a educação, a filosofia, a antropologia, a sociologia etc.

No segundo capítulo “Em Minas, os usos sociais da escrita”, são levantadas algumas práticas sociais que são permeadas pela escrita. Nesse capítulo, Rachi aborda a questão da escrita feminina e de outros sujeitos excluídos daquela sociedade. Para a autora, “[...] mesmo sem ler ou escrever, [as mulheres] tomariam conhecimento, por outros caminhos dos conteúdos escritos. Enquanto gerenciadoras do patrimônio familiar [...] acabaram por ler e escrever, com vistas a decidirem os rumos de suas vidas [...]” (p. 159). A autora também reserva um espaço para

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PosLin), da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. [marcusdores@gmail.com](mailto:marcusdores@gmail.com).

falar daqueles que assinavam com sinal de uma cruz ou de um x, ou seja, os analfabetos, e que contavam e, ainda contam, a sua história com o auxílio das mãos de terceiros.

No capítulo três, “Sentimentos, liberdade e poder nos registros cartorários”, a autora busca marcar o “lugar social” das pessoas que escreviam na sociedade colonial. Para isso, novamente a questão da autoria é colocada em foco. Quem são essas pessoas – homens e mulheres (em menor número) – que escrevem? Segundo Rachi “constantemente, nos trechos transcritos, características da vida social [...] emergem com vigor, tornando-se inevitável tecer reflexões sobre alguns pontos [...]” (p. 174). A função social primeira dos manuscritos analisados, muitas vezes, está restrita ao passado. Lá naquele período esses circulavam e tinham valor de real. Contudo, hoje, as narrativas extraídas desses textos carregam memórias familiares, civis, jurídicas etc. Os testamentos que inventariavam os bens de uma família, hoje testemunham a história social de determinado grupo.

O último capítulo do livro, “A escrita como objeto de estudo”, possui um caráter mais teórico. A autora, levantando questões discutidas pelos autores por ela consultados, diz que “revelando as ideias de diferentes tempos, a escrita, manifestação e artefato, produto e produtora da cultura, materializa pensamentos e discursos, além de proporcionar e viabilizar as relações entre os indivíduos, e desses com as instituições de poder” (p. 265). A autora argumenta também sobre os constructos alfabetização e letramento sob a perspectiva histórica. Identificar o grau de letramento dos escreventes é muito importante, sobretudo para a análise linguística, como apontam Duchowny, Ramos e Coelho (2015, p. 334-335): “Aspectos como grau de letramento [...] do escrevente são de fundamental importância para orientar a análise dos dados, quando se deseja, por exemplo, cotejar línguas que exibem certo parentesco ou ainda interpretar um fenômeno de mudança [...]”.

Ainda no último capítulo do livro, Rachi dialoga com correntes de diferentes áreas do conhecimento. Destaca-se aqui o trabalho de Peter Burke (1995) que firma uma área de pesquisa, naquela época nova, conhecida como história social da linguagem, história social do falar ou história social da comunicação. Em outro momento, a autora frisa, novamente, o foco do seu trabalho dizendo “entendemos que mesmo sem sujar os dedos de tinta, muitos sujeitos envolveram-se com a redação de documentos e foram, assim, protagonistas dos atos de escrita” (p. 337).

Para resgatar a memória de um povo que viveu no passado é preciso se debruçar com afinco sobre os documentos manuscritos da época. A pesquisadora Silvia Rachi, com todo o seu labor histórico, voltando se aos documentos antigos – do Arquivo do Museu do Ouro/Instituto Brasileiro de Museus, do Arquivo Público Mineiro e do arquivo Histórico Ultramarino –, nos mostra que o tempo é capaz de dissolver tudo e, com isso, o passado se torna uma novidade, uma história contada por muitas mãos. A cada página de *Por mão alheias: uso da escrita na sociedade colonial* é possível ligar-se mais à memória da sociedade colonial brasileira por meio da escrita que atravessa o tempo e se esvanece. Aquilo que foi registrado nos textos coloniais, hoje é “reescrito”, “interpretado” e “lido” em um novo presente. (FREIRE, 2006, p. 97).

Para fechar o texto, a autora apresenta questões e sugestões para pesquisas futuras e deixa um incentivo para os que se interessam pela área:

Se o trabalho ora apresentado traz conclusões, não estamos bem certos. Seguimos convencidos, porém, de que ao tentarmos responder questões, suscitamos outras dúvidas, muitas indagações presentes em caminhos ainda pouco percorridos. Assim, orienta-nos a convicção: no faz história, quando da tentativa nos invadem as perguntas, é porque alguma coisa mudou de lugar e um ponto se iluminou. (p. 352)

Nas palavras do seu prefaciador Caio Boschi, essa obra, que possui uma elegância estilística, por meio de pertinentes referências bibliográficas e de fartos excertos documentais “resgata a história de iletrados, expressões da fala, desejos e vontades de sujeitos históricos comuns” (p. 13). Trata-se de um trabalho quantitativo e, sobretudo, qualitativo que vem somar se aos outros trabalhos que versam sobre a escrita na sociedade colonial.

## Referências

- BURKE, P. *A arte da conversação*. Tradução Alvaro Luiz Hattner. São Paulo: Editora Unesp, 1995.
- DUCHOWNY, A. T.; RAMOS, J. M.; COELHO, S. M. Processos e mudanças em abreviaturas mineiras setecentistas: regularidade e ruptura. *Filologia e Linguística Portuguesa*, v. 17, n. 2, 2013. p. 333-352.
- FREIRE, P. *Conscientização – teoria e prática da libertação*. 3 ed. São Paulo: Centauro, 2006.